

Brasilveículos Companhia de Seguros

CNPJ 01.356.570/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Brasilveículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis.

Em 2015 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 2.062,1 milhões e lucro líquido de R\$ 196,4 milhões, representando um incremento de 32,46% sobre o resultado do ano anterior.
No exercício de 2015, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros no total de R\$ 94,8 milhões, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 67,3 milhões e de R\$ 27,5 milhões, respectivamente, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de agosto e 29 de dezembro de 2015.
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o



vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 486,3 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifestou a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados pela confiança depositada e à nossa equipe, pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Prêmios emitidos	25b	2.062.078	2.065.385
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(90.651)	(173.223)
(=) Prêmios ganhos	25a	1.971.427	1.892.162
(-) Custos com emissão de apólices		4.892	2.640
(-) Sinistros ocorridos	25c	(1.222.748)	(1.182.929)
(-) Custos de aquisição	25d	(228.655)	(224.379)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(54.746)	(44.050)
(-) Despesas administrativas	25f	(255.431)	(266.419)
(-) Despesas com tributos	25g	(44.984)	(41.328)
(+) Resultado financeiro	25h	153.942	111.033
(+) Receitas financeiras		209.618	164.177
(-) Despesas financeiras		(55.676)	(53.144)
(+) Resultado patrimonial		258	18
(=) Resultado operacional		323.955	246.748
(-) Ganhos ou (perdas) com ativos não correntes		(1.547)	8
(=) Resultado antes dos impostos e participações		322.408	246.756
(-) Imposto de renda	26a	(73.358)	(57.695)
(-) Contribuição social	26a	(46.698)	(36.154)
(-) Participações sobre o resultado		(5.995)	(4.667)
(=) Lucro líquido do exercício		196.356	148.240
(/) Quantidade de ações		72.762.823	66.545.139
(=) Lucro líquido por ação - R\$		2,70	2,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	196.356	148.240
Outros resultados abrangentes	(1.404)	(333)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.602)	(555)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	1.198	222
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	194.952	147.907
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	194.952	147.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	196.356	148.240
Ajustes para:	102.249	200.781
Depreciação e amortizações	12.686	5.971
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	2.210	1.912
Variações das provisões técnicas	82.854	193.342
Variação dos custos de aquisição diferidos	(10.280)	(20.189)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado	(1.547)	8
Ativo fiscal diferido	16.326	19.737
Variação nas contas patrimoniais:	(90.899)	(67.604)
Aplicações	(115.104)	(48.514)
Créditos das operações de seguros e resseguros	3.108	(169.138)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.071)	9.619
Despesas antecipadas	319	(1.020)
Outros ativos	(63.467)	16.584
Depósitos judiciais e fiscais	(39.516)	(32.836)
Impostos e contribuições	102.443	61.332
Outras contas a pagar	5.386	(32.382)
Débitos de operações com seguros e resseguros	7.117	30.387
Depósitos de terceiros	(47.462)	27.545
Provisões técnicas - seguros e resseguros	18.877	35.396
Provisões judiciais	39.302	25.044
Outros passivos	573	10.712
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(1.404)	(333)
Caixa gerado pelas operações	207.706	281.417
Imposto de renda sobre o lucro pago	(65.634)	(39.978)
Contribuição social sobre o lucro pago	(39.435)	(23.087)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	102.637	218.352
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	1.905	1.267
Investimentos	136	3
Imobilizado	1.769	1.176
Intangível	-	88
Pagamento pela compra:	(53.204)	(6.972)
Imobilizado	(9.409)	(5.024)
Intangível	(43.795)	(1.948)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(51.299)	(5.705)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(67.300)	(181.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(23.375)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(90.675)	(181.000)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(39.337)	31.647
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	44.608	12.961
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.271	44.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	242.431	-	92.888	40.419	154.387	14	-	530.139
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	(30.600)	-	-	(30.600)
Dividendos pagos - AGE de 30 de junho de 2014	-	-	-	-	(16.000)	-	-	(16.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	(76.600)	-	-	(76.600)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(22.593)	-	-	(22.593)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	148.240	148.240
Reserva legal	-	-	-	7.412	-	-	(7.412)	-
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados e pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	105.621	-	(35.207)	(35.207)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	(105.621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.431	-	92.888	47.831	114.215	(319)	-	497.046
Saldo em 31 de dezembro de 2014	242.431	-	92.888	47.831	114.215	(319)	-	497.046
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1.404)	-	(1.404)
Aumento de capital - AGOE de 31 de março de 2015	-	92.888	(92.888)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGE 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	(44.800)	-	-	(44.800)
Aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT 235/15 de 19 de agosto de 2015	92.888	(92.888)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	196.356	196.356
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	9.818	-	-	(9.818)	-
Dividendos pagos - 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Juros sobre o capital próprio pagos - 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(27.500)	(27.500)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	136.538	-	(136.538)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	335.319	-	-	57.649	205.953	(1.723)	-	597.198

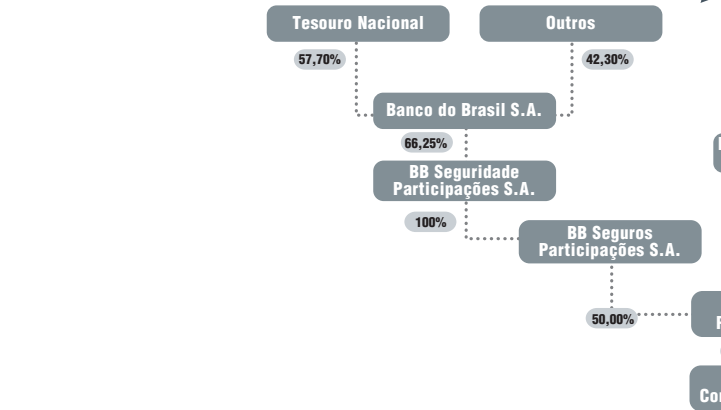
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada “Brasilveículos” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como “BB”) e empresas a ele ligadas, mantendo

com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas seguindo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2016. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3l, 19 e 22 - Provisões técnicas; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (Provisão para riscos sobre créditos); • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para efeito de classificação dos passivos e ativos sem vencimento entre circulante e não circulante, utilizamos o padrão de pagamento obtido através dos fatores de desenvolvimento no cálculo do IBNP - Incurred But Not Yet Paid, onde os valores a pagar nos próximos doze meses foram classificados como circulante e acima de doze meses classificados como não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o

resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iv. **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos seus investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOvespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Operações de seguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber direto líquido de imposto sobre operação financeira (IOF), considerando a probabilidade histórica de cancelamento por inadimplência. iii. **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “receitas financeiras” em base “pro rata-die” ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **g) Operações com o convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **h) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método “pro rata-die” tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 14 meses. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **k) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de novos produtos, apresentados na nota explicativa nº 14. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pro rata-die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de cosse-

continua

imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **b) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “Value at Risk” (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Região geográfica	2015		2014	
	Auto	%	Auto	%
Centro Oeste	327.799	16%	314.840	16%
Nordeste	431.289	22%	421.521	22%
Norte	80.317	4%	86.968	4%
Sudeste	791.325	40%	764.201	39%
Sul	360.328	18%	373.236	19%
Total	1.991.058	100%	1.960.766	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ (13.270) e R\$ 84.290 (R\$ 24.353 e R\$ 80.266 em 2014). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mais não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 7,09% (11,50% em 2014), nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	2015		2014	
	Impacto patrimônio líquido/no resultado (bruto de impostos)	Impacto patrimônio líquido/no resultado (bruto de impostos)		

a. IBNR	Aumento			
	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(3.630)	(8.373)	
	Elevação de 5% na sinistralidade	(61.171)	(58.968)	

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito reduzida, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificado. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de risco a decorrer que é o caso do automóvel é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo “A” para alocação no caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2015:

Ativos financeiros (aplicações) - Rating	2015							
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	Sem BBB- rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	1.025.972	-	-	-	-	-	-	1.025.972
Debêntures	-	10.195	11.123	39.992	-	8.612	10.545	80.467
Letras financeiras	-	12.554	-	-	6.153	-	-	18.707
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	5.403	-	-	-	-	-	5.403
Fundo de investimento em direitos creditórios	26.071	-	-	-	-	-	-	26.071
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE(**))	-	16.344	-	-	-	-	-	16.344
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	108	108
Total	1.052.043	44.496	11.123	39.992	6.153	8.612	10.545	1.173.072

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 95.272. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Ativos financeiros (aplicações) - Rating	2014						
	AAA	AA+	AA	A+	BBB-	BB+	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	818.595	-	-	-	-	-	818.595
Debêntures	-	50.924	11.787	10.461	2.640	10.198	86.010
Letras financeiras	18.886	-	54.733	-	24.037	-	97.656
Certificados de depósito bancário (CDB)	4.744	-	-	-	-	-	4.744
Fundo de investimento em direitos creditórios	25.885	-	-	-	-	-	25.885
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE(**))	-	-	-	-	-	14.134	14.134
Notas promissórias	-	10.836	-	-	-	-	10.836
Outras aplicações	-	-	-	-	-	108	108
Total	868.110	61.760	66.520	10.461	26.677	24.332	1.057.968

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 88.370. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os pas-

sivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Companhia reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

	2015			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	1.178	-	-	1.178
Equivalentes de caixa	4.093	-	-	4.093
Aplicações (*)/(***)	252.912	504.703	313.074	1.070.689
Créditos das operações com seguros e resseguros	736.502	-	-	736.502
Outros créditos operacionais	72.966	-	-	72.966
Títulos e créditos a receber (**)	44.886	-	-	44.886
Outros valores e bens	128.972	-	-	128.972
Despesas antecipadas	865	-	-	865
Custos de aquisição diferidos	118.021	18.000	-	136.021
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.360.503	522.703	313.074	2.196.280

	2014			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Passivo				
Provisões técnicas (*)/(***)	1.273.675	269.949	41.349	1.584.973
Contas a pagar	148.793	-	-	148.793
Débitos das operações com seguros e resseguros	100.761	-	-	100.761
Depósitos de terceiros	21.086	-	-	21.086
Total passivo	1.544.315	269.949	41.349	1.855.613

	2014			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Ativo				
Disponível	32.150	-	-	32.150
Equivalentes de caixa	12.458	-	-	12.458
Aplicações (*)/(***)	191.464	561.382	219.764	972.610
Créditos das operações com seguros e resseguros	741.813	7	-	741.820
Outros créditos operacionais	34.985	-	-	34.985
Títulos e créditos a receber (**)	16.280	-	-	16.280
Outros valores e bens	132.092	-	-	132.092
Despesas antecipadas	1.184	-	-	1.184
Custos de aquisição diferidos	118.834	6.907	-	125.741
Outros ativos	108	-	-	108
Total ativo	1.281.368	568.296	219.764	2.069.428

	2014			
	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Passivo				
Provisões técnicas (*)/(***)	1.315.574	165.849	18.815	1.500.238
Contas a pagar	141.335	-	-	141.335
Débitos das operações com seguros e resseguros	93.644	-	-	93.644
Depósitos de terceiros	68.548	-	-	68.548
Total passivo	1.619.101	165.849	18.815	1.803.765

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 102.275 (R\$ 85.250 em 31 de dezembro de 2014) e R\$102.246 (R\$ 85.250 em 31 de dezembro de 2014), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 531.810 (R\$ 492.294 em 31 de dezembro de 2014), e provisões judiciais de R\$ 463.137 (R\$ 423.835 em 31 de dezembro de 2014), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 126.831 (R\$ 142.086 em dezembro de 2014) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. (****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 3.196 (R\$ 2.304 em 31 de dezembro de 2014). Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 1.111.528 (R\$ 1.055.258 em dezembro de 2014) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 102.275 (R\$ 85.250 em 31 de dezembro de 2014) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e R\$ 108 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2014) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.009.145 (R\$ 969.900 em 31 de dezembro de 2014). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	2015		2014	
	Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)		
Taxa de juros				
elevação de taxas	(30.953)	(17.358)		
redução de taxas	32.486	19.760		

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco. Liquidez em relação ao CR é a situação em que a Companhia apresente montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco (CR). Até a entrada em vigor do requerimento de capital para risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2015	
Patrimônio líquido	597.198	
Participações societárias	(421)	
Despesas antecipadas	(865)	
Ativos intangíveis	(54.961)	
Obras de arte	(1)	
Patrimônio líquido ajustado (a)	540.950	
Capital base - CB	15.000	
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	480.808	
Capital de risco de subscrição	431.746	
Capital de risco de crédito	64.943	
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	(29.077)	
Capital de risco operacional	13.196	
Capital mínimo requerido (b)	480.808	
Suficiência de capital (c = a - b)	60.142	
Suficiência de capital (d = c/b)	12,51%	

Abaixo é apresentado o cálculo do índice de liquidez da Companhia: **Capital de risco (a)** 480.808 **Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 321/15 - 20% sobre CR** 96.162 **Ativos livres - Nota explicativa 21 - (b)** 153.102 **Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2015 (b/a)** 31,84%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa e bancos	1.178	32.150
Equivalentes de caixa	4.093	12.458
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.271	44.608

6. APLICAÇÕES

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras:

	2015		2014
Valor justo por meio do resultado	313.494	27%	373.845
Fundos de investimentos	287.423	92%	347.960
Letra do tesouro nacional (LTN)	64.215	22%	149.898
Operação compromissadas	95.272	33%	88.370
Quotas de fundo DPVAT	102.275	36%	85.250
Letras financeiras do tesouro (LFT)	25.663	9%	24.463
Caixa/ajustes DI	(2)	0%	(21)
Carteira administrada	26.071	8%	25.885

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	287.423	26.071	313.494	347.960	25.885	373.845
Fundos de investimentos	287.423	-	287.423	347.960	-	347.960
Letras do tesouro nacional (LTN)	64.215	-	64.215	149.898	-	149.898
Operações compromissadas	95.272	-	95.272	88.370	-	88.370
Quotas de fundo DPVAT	102.275	-	102.275	85.250	-	85.250
Letras financeiras do tesouro (LFT)	25.663	-	25.663	24.463	-	24.463
Caixa/ajustes DI	(2)	-	(2)	(21)	-	(21)
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	-	-	-	-	-	-
Carteira Administrada	-	26.071	26.071	-	25.885	25.885
Fundos de investimentos em direitos creditórios - não exclusivo	-	26.071	26.071	-	25.885	25.885
Disponível para venda	252.223	120.921	373.144	27.392	213.380	240.772
Carteira administrada	252.223	120.921	373.144	27.392	213.380	240.772
Debêntures	-	80.467	80.467	-	86.010	86.010
Letras financeiras (LF)	-	18.707	18.707	-	97.656	97.656
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	-	16.344	16.344	-	14.134	14.134
Notas promissórias	-	-	-	-	10.836	10.836
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	5.403	5.403	-	4.744	4.744
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	8.638	8.638	-	7.843	7.843
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	72.570	72.570	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	171.015	171.015	-	19.549	19.549
Ativos mantidos até o vencimento	454.696	-	454.696	427.804	-	427.804
Fundos de investimentos	454.696	-	454.696	427.804	-	427.804
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	19.009	19.009	-	19.711	19.711
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	56.146	56.146	-	50.979	50.979
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	379.541	379.541	-	357.114	357.114
Outras aplicações	-	108	108	-	108	108
Total	994.540	146.992	1.141.442	803.264	239.265	1.042.529

Não houve transferências de ativos entre níveis no exercício.

f) Taxa de juros contratada

	2015		2014	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%
LFT	13,82%	6,07%	8,71%	8,12%
LTN	12,07%	8,56%	12,06%	8,16%
NTN-B	7,28%	3,82%	6,06%	3,82%
Debênture	CDI + 1,25%	CDI + 0,62%	CDI + 1,55%	CDI + 0,62%
Debênture	111,50% CDI	108,25% CDI	111,50% CDI	104,50% CDI
Letra financeira	119,00% CDI	105,25% CDI	119,00% CDI	105,25% CDI
Notas promissórias	-	-	105,00% CDI	105,00% CDI
CDB	104,50% CDI	104,50% CDI	104,50% CDI	104,50% CDI
DPGE	115,00% CDI	115,00% CDI	111,50% CDI	111,50% CDI

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico. Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros derivativos relativos a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015			
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
LTN - Vencimento em até 30 dias	15	1.468	1.466	-
LTN - Vencimento acima de 360 dias	14	1.417	1.044	1
NTN-F - Vencimento acima de 360 dias	14	1.417	893	1
Total	43	4.302	3.403	2

	2014			
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
LTN - Vencimento acima de 360 dias	(1.280)	(128.000)	113.314	(26)
LTN-F - Vencimento acima de 360 dias	50	5.000	3.495	9
Total	(1.230)	(123.000)	116.809	(17)

8. PRÊMIOS A RECEBER

	2015			2014		
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido
Ramos						
Automóvel - Casco	525.117	(11.927)	513.190	511.411	(10.078)	501.333
R. C. facultativa veículos - RCFV	130.462	(2.951)	127.511	149.742	(2.928)	146.814
Assistência e outras coberturas - Auto	86.559	(1.972)	84.587	83.593	(1.654)	81.939
Acidentes pessoais passageiros - APP	9.849	(224)	9.625	10.351	(209)	10.142
Auxílio funeral	1.498	(33)	1.465	1.485	(29)	1.456
Compreensivo residencial	125	(3)	122	119	(2)	117
Demais ramos	2	-	2	2	-	2
Total	753.612	(17.110)	736.502	756.703	(14.900)	741.803

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 6 meses.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2015		2014	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
(+) Prêmios emitidos	-	-	2.143.649	2.250.614
(+) IOF	-	-	1.247	9.876
(+) Adicional de fracionamento	-	-	(1.224)	2.159
(-) Prêmios cancelados	-	-	(163.143)	(185.229)
(-) Recebimentos	-	-	(1.983.620)	(1.908.281)
Constituição/reversão de provisão para perda	-	-	(2.210)	(1.718)
Saldo final	736.502	741.803	736.502	741.803

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2015		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - Seguros				
Saldo no início do período	1.080.055	358.103	115.616	25.204
Constituições/reversões	90.497	-	-	(2.441)
Aviso de sinistros	-	1.132.953	-	-
Pagamento de sinistros	-	(1.178.736)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	55.088	-	-
Atualização monetária e juros	-	7.895	-	-
Outras reversões	-	-	(4.422)	-
Saldo no final do período	1.170.552	375.303	111.194	22.763

	2015		2014	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - Seguros				
Saldo no início do período	906.409	325.515	89.045	31.776
Constituições/reversões	173.646	-	26.571	-
Aviso de sinistros	-	1.141.397	-	-
Pagamento de sinistros	-	(1.122.749)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	11.807	-	-
Atualização monetária e juros	-	2.133	-	-
Outras reversões	-	-	(6.572)	-
Saldo no final do período	1.080.055	358.103	115.616	25.204

(*) Inclui o montante de R\$ 84.886 (R\$ 71.731 em 2014) referente a provisão de sinistros a liquidar judiciais (vide nota explicativa 22).

	2015		2014	
	Saldo no início do período	Saldo no final do período	Saldo no início do período	Saldo no final do período
Saldo no início do período	125.741	105.552	10.280	20.189
Constituições/reversões	-	-	-	-
Saldo no final do período	136.021	125.741	-	-

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro a medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro, são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

	Ano de aviso do sinistro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante estimado para o sinistros										
No ano do aviso	1.779.256	655.832	774.546	1.036.176	1.113.437	411.949	1.144.118	1.135.843	1.149.256	1.149.256
Um ano após o aviso	1.806.151	689.652	815.258	1.074.963	1.146.295	636.326	1.153.999	1.173.766	-	1.173.766
Dois anos após o aviso	1.809.379	690.127	819.534	1.083.303	1.126.171	637.771	1.166.988	-	-	1.166.988
Três anos após o aviso	1.808.626	692.042	824.098	1.065.812	1.125.644	642.271	-	-	-	642.271
Quatro anos após o aviso	1.811.890	693.430	815.031	1.065.583	1.126.007	-	-	-	-	1.126.007
Cinco anos após o aviso	1.815.034	686.928	814.942	1.065.666	-	-	-	-	-	1.065.666
Seis anos após o aviso	1.795.204	686.823	815.019	-	-	-	-	-	-	815.019
Sete anos após o aviso	1.795.114	686.825	-	-	-	-	-	-	-	686.825
Oito anos ou mais após o aviso	1.795.158	-	-	-	-	-	-	-	-	1.795.158
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2015	1.795.158	686.825	815.019	1.065.666	1.126.007	642.271	1.166.988	1.173.766	1.149.256	9.620.956
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	1.795.119	686.816	814.883	1.065.587	1.124.347	630.412	1.118.957	1.140.826	899.629	9.276.576
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	39	9	136	79	1.660	11.859	48.031	32.940	249.627	344.380
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2015 ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.978
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	413.358
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102.246
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	516.667

⁽³⁾ Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados.

	Ano de aviso do sinistro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante de sinistros pagos										
No ano do aviso	1.650.171	551.496	602.009	839.753	920.332	389.699	873.028	888.546	899.629	899.629
Um ano após o aviso	1.764.803	678.658	802.295	1.055.502	1.120.537	616.591	1.096.892	1.140.826	-	1.140.826
Dois anos após o aviso	1.774.253	682.090	810.400	1.064.272	1.123.521	625.962	1.118.957	-	-	1.118.957
Três anos após o aviso	1.783.314	685.121	814.458	1.065.456	1.124.071	630.412	-	-	-	630.412
Quatro anos após o aviso	1.790.688	686.647	814.870	1.065.575	1.124.347	-	-	-	-	1.124.347
Cinco anos após o aviso	1.794.801	686.795	814.870	1.065.587	-	-	-	-	-	1.065.587
Seis anos após o aviso	1.795.100	686.816	814.883	-	-	-	-	-	-	814.883
Sete anos após o aviso	1.795.108	-	-	-	-	-	-	-	-	686.816
Oito anos ou mais após o aviso	1.795.119	-	-	-	-	-	-	-	-	1.795.119
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	1.795.119	686.816	814.883	1.065.587	1.124.347	630.412	1.118.957	1.140.826	899.629	9.276.576

A Companhia não opera com resseguro.

b) Composição por prazo de vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2015		2014	
	Vincendos:	Vencidos:	Vincendos:	Vencidos:
De 1 a 30 dias	657.395	628.367	193.329	207.905
De 31 a 60 dias	124.643	128.961	185.716	164.426
De 61 a 120 dias	185.716	164.426	98.876	79.925
De 121 a 180 dias	55.011	47.143	-	7
De 181 a 365 dias	-	-	-	-
Superior a 365 dias	79.107	113.436	56.064	82.181
Total	1.135	8.697	614	5.503
De 1 a 30 dias	898	3.193	4.538	5.809
De 31 a 60 dias	15.858	8.053	-	-
De 61 a 120 dias	736.502	741.803	-	-

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo apresentado em outros créditos operacionais no valor de R\$ 72.966 (R\$ 34.985 em 2014), refere-se, substancialmente, a valores em trânsito relativos a pagamentos de sinistros, aguardando o retorno do banco, para a correspondente baixa da provisão de sinistros a liquidar.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2015	2014
Ressarcimento a receber	7.189	7.568
Compartilhamento de despesas administrativas a receber (nota 27)	6.606	101
Operações intra-grupo (nota 27)	25.184	-
Outros	112	565
Total	39.091	8.234

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação						
Ramo	Prêmio ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Automóvel	1.244.385	1.198.686	63,25%	67,60%	12,15%	13,05%
Responsabilidade civil facultativa	384.774	357.017	73,22%	63,70%	12,80%	10,93%
Assistência e outras coberturas - Auto	225.551	222.385	35,86%	32,73%	10,42%	10,79%
DPVAT	84.136	80.237	86,73%	87,44%	1,42%	1,42%
Acidentes pessoais passageiros	28.156	29.493	0,32%	4,47%	10,77%	11,05%
Demais ramos	4.425	4.344	(0,08%)	20,68%	10,84%	12,82%
Total	1.971.427	1.892.162	62,02%	62,52%	11,60%	11,86%
b) Prêmios emitidos					2015	2014
					2.062.078	2.065.385
Prêmios diretos					1.902.892	1.910.422
Prêmios DPVAT					84.290	80.266
Recuperação dos custos iniciais de contratação					74.896	74.697
c) Sinistros ocorridos					(1.222.748)	(1.182.929)
Sinistro					(1.295.240)	(1.241.827)
Salvados					120.712	139.813
Serviços de assistência					(80.970)	(86.665)
Ressarcidos					13.237	9.427
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados					19.513	(3.677)
d) Custo de aquisição					(228.655)	(224.379)
Comissões					(218.065)	(224.498)
Variação das despesas de comercialização diferidas					10.280	20.189
Despesas com apólices e/ou contratos					(6.093)	(6.417)
Despesa com inspeção de riscos					(14.786)	(12.866)
Outros custos de aquisição					9	(787)
e) Outras receitas e despesas operacionais					(54.746)	(44.050)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prêmios a receber					(2.210)	(1.718)
Endomarketing					(7.353)	(10.564)
Processos judiciais					(3.017)	(1.511)
Vistoria					(2.321)	(4.126)
Despesa com cobrança					(7.013)	(1.567)
Rastreadores					(21.683)	(19.068)
Receitas/(despesas) com DPVAT					(6.160)	(3.840)
Outras receitas/(despesas) operacionais					(4.989)	(1.656)
f) Despesas administrativas					(255.431)	(266.419)
Pessoal próprio					(128.980)	(134.297)
Serviços de terceiros					(56.506)	(64.819)
Localização e funcionamento					(41.299)	(36.021)
Publicidade e propaganda					(4.059)	(7.238)
Publicações					(204)	(172)
Outras receitas administrativas					(24.383)	(23.872)
g) Despesas com tributos					(44.984)	(41.328)
COFINS					(35.744)	(32.699)
PIS					(5.818)	(5.314)
IPTU					(66)	(191)
Taxa de fiscalização					(3.089)	(2.818)
Outras despesas com tributos					(267)	(306)

	2015	2014
h) Resultado financeiro	153.942	111.033
Receitas Financeiras	209.618	164.177
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	55.668	44.905
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	35.843	22.503
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	64.736	47.652
Juros sobre equivalentes de caixa	890	1.037
Atualização monetária de depósitos judiciais	37.088	31.366
Operações de seguros	15.393	16.714
Despesas Financeiras	(55.676)	(53.144)
Taxa de administração	(2.095)	(8.691)
Despesas financeiras com operação de seguros	(12.024)	(9.245)
Atualização monetária e juros - PSJ	(7.895)	(6.723)
Atualização monetária sobre provisões judiciais e juros e mora	(33.576)	(25.770)
Outras	(86)	(2.715)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social				
	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	316.413	316.413	242.089	242.089
Imposto de renda à alíquota de 25%				
e contribuição social à alíquota de 15%	(79.079)	(47.462)	(60.498)	(36.313)
Efeito - aumento da CSLL 15% para 20% (nota 26c)	—	(4.329)	—	—
Diferenças temporárias	(1.959)	(1.175)	2.255	1.353
Diferenças permanentes	(1.025)	(554)	(1.233)	(388)
Amortização de ágio	12.378	7.427	12.378	7.427
Juros sobre o capital próprio	6.875	4.125	—	—
Prejuízo fiscal e base negativa	—	—	5.423	3.368
Deduções incentivadas	3.876	—	3.119	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	(58.934)	(41.968)	(38.556)	(24.553)
Constituição/Reversão de crédito tributário	(10.419)	(6.313)	(20.056)	(12.147)
Ajustes relativos a períodos anteriores	(4.006)	(2.405)	917	546
Ajuste de créditos tributários - aumento da CSLL 15% para 20%	—	3.988	—	—
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(73.395)	(46.698)	(57.695)	(36.154)
Alíquota efetiva (%)	23%	15%	24%	15%
b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar				
Ativo	2015	2014	Variação	
Tributos a compensar	4.153	1.235	2.918	
Tributos retidos na fonte	274	490	(216)	
Total circulante	4.427	1.725	2.702	
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	66.936	75.688	(8.752)	
Contingências cíveis	1.360	794	566	
Provisão para riscos de crédito	7.699	5.960	1.739	
Provisão para participação nos lucros	2.014	1.322	692	
Contingências trabalhistas	4.917	2.255	2.662	
Outras provisões	4.945	3.482	1.463	
Ajustes de RTT	7	75	(68)	
Ajustes de títulos a valor de mercado	1.410	212	1.198	
Tributo diferido sobre ágio	33.116	50.573	(17.457)	
Total não circulante	122.404	140.361	(17.957)	
Os créditos tributários de diferenças temporárias são oriundos, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, cuja realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão e possuem prazos de julgamento não previsíveis.				

c) Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Lei nº 13.169/15: A Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL das Instituições financeiras por prazo determinado - período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, passando a vigorar a alíquota de 20%. O efeito do aumento de 5% na alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização, até dezembro de 2018, foi de R\$ 4.919, e a despesa adicional decorrente da majoração em 2015 representou R\$ 4.329.									
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS									
A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente planos de previdência, assistência 24 horas, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Custos de aquisição", "Outros custos de aquisição" e "Despesas administrativas". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram os seguintes:									
Proventos									
Total									
b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as receitas e despesas incorridas no período estão resumidos no quadro abaixo:									
	2015				2014				
Relação	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	
Aliança do Brasil									
Seguros S.A. (*)	Coligada	419	822	—	37	—	103	1.505	—
Brasil Assistência S.A.	Coligada	—	—	2.596	—	—	—	—	—
Companhia de Seguros									
Aliança do Brasil (**) Coligada	2.904	3.366	3.212	—	101	2.286	1.934	—	—
Mapfre Saúde Ltda. Coligada	—	4	8	—	—	—	—	—	—
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (***) Coligada	28.174	23.165	125.170	—	—	12.497	119.126	—	—
MAPFRE Vida S.A. (*) Coligada	294	882	5.760	—	—	631	6.460	—	—
BB MAPFRE Assistência S.A. Coligada	—	3.387	69.043	—	—	6.176	78.056	—	—
BBDTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (**) Coligada	—	—	2.095	—	—	—	4.117	—	—
(*) Refere-se a compartilhamento de despesas; (**) Administração da carteira de investimentos; (***) Refere-se a saldo apurado entre empresas do Grupo para adequação da alocação dos seguimentos das operações de seguros, conforme previsto no acordo dos acionistas e créditos a receber da carteira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. de R\$ 25.185.									
28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR									
A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 121(R\$ 124 no mesmo período do ano anterior).									
29. COMITÊ DE AUDITORIA									
O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Companhia.									

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Brasileiros Companhia de Seguros São Paulo - SP	
Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasileira Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.	
Responsabilidade da Administração A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Responsabilidade dos atuários independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.	
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.	
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos	

selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasileiros Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para